

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Administradores da
Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda.
São Lourenço da Mata - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. (“Empresa”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, que divulga que a Empresa realiza transações com partes relacionadas em condições determinadas entre elas. Desta maneira, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada ao assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação não é requerida à companhia limitada, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2024

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram por nós auditadas e emitimos nosso relatório de auditoria datado de 23 de maio de 2025, que continha a seguinte ressalva: “Adoção inicial CPC 06 (R2) - Contratos de arrendamento”.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8


Carlos Sebastião Fernandes Vieira Dauer
Contador CRC 1 CE 021962/O-9 - S - PE

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	142.553	134.656	Fornecedores	13	62.535	18.034
Contas a receber de clientes	6	13.428	13.891	Empréstimos e financiamentos	14	49.484	92.019
Estoques	7	8.668	7.965	Obrigações trabalhistas	15	35.958	30.864
Adiantamentos	8	8.000	6.840	Obrigações tributárias	16	1.059	1.775
Mútuo com partes relacionadas	9	-	10.000	Parcelamentos tributários	17	3.204	6.796
Outros ativos	10	57.228	13.202	Processos cíveis e trabalhistas a pagar	18	2.727	6.536
		229.877	186.554	Outros passivos	19	1.521	12.695
						156.488	168.719
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	181.572	163.873
Depósitos judiciais	9	95	229	Parcelamentos tributários	17	4.572	7.083
Mútuo com partes relacionadas	10	-	12.160	Provisão para contingências	20	91	5.971
Outros ativos		2.689	3.319	Passivo fiscal diferido	21	42.899	29.429
		2.784	15.708			229.134	206.356
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	11	296.473	246.116	Capital Social	22	42.750	39.750
	12	17.051	21.314	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.000
		316.308	283.138	Reservas de lucro		117.813	51.867
						160.563	94.617
Total do ativo		546.185	469.692	Total do passivo e patrimônio líquido		546.185	469.692

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andrea Chaves Guerra
CPF 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	23	681.047	604.958
Custos dos serviços prestados	24	(583.260)	(518.255)
Lucro bruto		97.787	86.703
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(13.777)	(11.462)
Despesas com pessoal	24	(10.181)	(8.518)
Outras receitas e despesas operacionais	24	69.846	21.368
		45.888	1.388
Resultado antes do resultado financeiro		143.675	88.091
Receitas financeiras	25	12.784	7.690
Despesas financeiras	25	(37.876)	(31.634)
		(25.092)	(23.944)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(74)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Sindical		118.583	64.073
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	26	(365)	(2.069)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	26	(13.470)	(8.837)
(=) Lucro líquido do exercício		104.748	53.167

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andrea Chaves Guerra
CPF 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	104.748	53.167
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>104.748</u>	<u>53.167</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andrea Chaves Guerra
CPF 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucro	AFAC	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	39.750	26.290	-	-	66.040
Lucro líquido do exercício	-	-	-	53.167	53.167
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.000	-	3.000
Juros sobre capital próprio	-	(1.300)	-	-	(1.300)
Distribuição de lucros	-	(26.290)	-	-	(26.290)
Constituição de reservas	-	53.167	-	(53.167)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.750	51.867	3.000	-	94.617
Lucro líquido do exercício	-	-	-	104.748	104.748
Aumento de capital	3.000	-	3.000	-	-
Distribuição de lucros	-	(38.802)	-	-	(38.802)
Constituição de reservas	-	104.748	-	(104.748)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	42.750	117.813	-	-	160.563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andrea Chaves Guerra
CPF 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	104.748	53.167
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	46.566	42.029
(Reversão)/constituição de provisões de contingências	(5.880)	787
Constituição de passivo diferido	13.470	8.837
Baixa na venda de imobilizado	404	2.871
Reversão de débitos previdenciários	-	(23.612)
Juros e variações monetárias incorrido e não pago	36.308	29.911
	195.616	113.990
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	463	17.585
Estoques	(703)	(1.782)
Adiantamentos	(1.160)	(2.368)
Depósitos judiciais	134	(49)
Outros ativos	(43.396)	(11.335)
Fornecedores	44.501	377
Obrigações trabalhistas	5.094	7.900
Obrigações tributárias	(716)	517
Parcelamentos	(6.103)	(5.593)
Processos cíveis e trabalhistas a pagar	(3.809)	3.607
Outros passivos	(11.174)	12.037
	178.747	134.885
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	178.747	134.885
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(184.708)	(137.572)
Aquisição/amortização de investimento	4.263	(21.314)
Amortização Subvenção pra investimento em frota	87.381	24.432
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(93.064)	(134.454)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	94.297	161.288
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(155.441)	(86.567)
Distribuição de lucros	(38.802)	(26.290)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.000)	3.000
Juros sobre capital próprio	-	(1.300)
Recursos líquidos provenientes de mutuos com partes relacionadas	22.160	2.412
Aumento de capital social	3.000	-
Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades de financiamentos	(77.786)	52.544
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.897	52.974
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	134.656	81.682
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	142.553	134.656
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.897	52.974

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andrea Chaves Guerra
CPF 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta	762.594	612.918
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(211.700)	(238.327)
(=) Valor adicionado bruto	<u>550.894</u>	<u>374.591</u>
(-) Depreciação e amortização	(45.889)	(42.029)
(=) Valor adicionado líquido	<u>505.005</u>	<u>332.562</u>
(+/-)Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.784	7.690
(=) Valor adicionado total a distribuir	<u><u>517.789</u></u>	<u><u>340.252</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração de pessoal e encargos sociais	(279.783)	(236.511)
	<u>(279.783)</u>	<u>(236.511)</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos sobre faturamento	(11.813)	(7.960)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.835)	(10.906)
	<u>(25.648)</u>	<u>(18.866)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros passivos	(37.876)	(31.634)
	<u>(37.876)</u>	<u>(31.634)</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	(38.802)	(27.590)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(74)
Lucros retidos	(65.946)	(25.577)
	<u>(104.748)</u>	<u>(53.241)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u><u>(448.055)</u></u>	<u><u>(340.252)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andrea Chaves Guerra
CPF 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. (“Empresa”) está constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Estrada do Alvarenga, nº 4000 A - Balneário São Francisco - São Paulo, São Paulo - CEP: 04474-340. Possui duas filiais, sendo uma localizada na Avenida Engenheiro George Corbissier, nº 1100 - Jabaquara - São Paulo, São Paulo - CEP: 04345-001 e a outra na Rua Jorge Duprat Figueiredo, nº 148, Sala 01, Vila Paulista, São Paulo/SP, CEP 04361-000.

A Empresa tem por objeto social a exploração dos ramos de transporte coletivos de passageiros, de natureza municipal e intermunicipal, por veículos automotor de via terrestre e prestação de serviços de administração de bens e consultoria de gestão de frota.

Suas atividades relativas ao serviço de transporte coletivo de passageiros foram iniciadas a partir do mês de julho de 2010 após aprovação pelo poder concedente, a Prefeitura do Município de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT, para integrar o consórcio Unisul no contrato de concessão para prestação de serviços de transportes, cujo prazo de prorrogação da concessão foi encerrado em 21 de julho de 2017 e novamente prorrogado por mais 12 meses até 21 de julho de 2018, conforme 18º Termo de Aditamento ao Contrato 706/03 - SMT.GAB - AREA 6.

Em janeiro de 2019, através do processo nº 6020.2018/0006195-7, em caráter emergencial, foi assinado o Aditamento 003/19 - SMT.GAB - AREA 6, que prorroga por mais 180 dias a concessão, sendo sua vigência estendida até 17 de julho de 2019.

Em maio de 2019 foi assinado o contrato da concessão dos lotes AR6, contrato 035/19, SEI nº 6020.2019/0002410-7 e E5, contrato 024/19, SEI nº 6020.2019/0002399-2 ambas válidas por 15 anos.

Em 31/12/2024 a Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. incorporou a empresa Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 61.380.101/0001-20 com registro na JUCESP em 13/02/2025 por meio do protocolo nº 0.452.327/25-8 e registro 54.370/25-5.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11:** Imobilizado (expectativa de vida útil remanescente);
- **Nota Explicativa nº 20:** Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

3. Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou consistentemente as políticas contábeis materiais descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente redutor das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.3. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.5. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota explicativa nº 14. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.6. Obrigações trabalhistas

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Receita de Serviços

Quando a receita da prestação de serviços de transporte coletivo é confiavelmente estimada, a receita associada à transação é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço e incluem a receita não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base na quantidade de passageiros transportados. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, quando a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, quando as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, puderem ser confiavelmente mensuradas e quando o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido e corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

3.11. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelas Companhias.

Passivos financeiros são reconhecidos quando as Companhias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelo Grupo para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) o Grupo não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

(ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros do Grupo, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.12. Demonstrações de valor adicionado

A Empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP como informação financeira suplementar.

3.13. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Empresa avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas n° 10 outros ativos e n° 20 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Empresa atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Empresa mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Empresa reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Empresa não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	4	54
Banco conta movimento	531	3.420
Aplicações financeiras	142.018	131.182
	<u>142.553</u>	<u>134.656</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estão representadas por recursos aplicados, principalmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa CDI, sem vencimento predeterminado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

	2025	2024
SP Trans	13.420	12.662
Outros clientes	8	1.229
	13.428	13.891

Aging list do contas a receber:

	2025		2024	
	R\$	%	R\$	%
A vencer	13.421	99,95%	13.715	98,73%
Vencido até 30 dias	1	0,01%	176	1,27%
Vencido até 180 dias	2	0,01%	-	-
Vencidos a mais de 180 dias	4	0,03%	-	-
	13.428	100,00%	13.891	100,00%

7. Estoques

	2025	2024
Combustíveis	1.618	1.500
Peças e acessórios	6.321	5.599
Outros itens do estoque	729	866
	8.668	7.965

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não reconheceu provisão para obsolescência nos estoques de peças e acessórios por considerar que os valores não são representativos.

8. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a empregados	1.903	2.185
Adiantamento a fornecedores	6.097	4.655
	8.000	6.840

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Terra Transportes e Participações Ltda., com 100% de participação no capital social. Além disso, a Empresa mantém relacionamento com outras partes relacionadas.

Os seguintes valores tratam-se das transações entre partes relacionadas:

	Ativo	
	2025	2024
Terra Transportes e Participações Ltda (a)	-	22.160
	-	22.160
Circulante	-	10.000
Não circulante	-	12.160

(a) **Valores referem-se a operação de contas correntes:** Os saldos ativos e passivos trata-se de mútuos entre as empresas do Grupo MobiBrasil, os quais não incidem juros e atualização monetária;

(b) Movimentação dos valores entre partes relacionadas.

	2025	2024
Saldos no início do exercício	22.160	24.572
Adiantamentos a partes relacionadas	131.492	112.864
Recebimentos de partes relacionadas	(153.652)	(115.276)
Saldos no final do exercício	-	22.160

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Empresa (diretores executivos e não executivos). Durante o exercício de 2025 e 2024 não houve remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços prestados.

10. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recuperar	2.431	973
Sinistros a receber	2	3
Despesas Antecipada (b)	4.748	160
Outros (a)	52.736	15.385
	59.917	16.521
Circulante	57.228	13.202
Não circulante	2.689	3.319

a) Do saldo de 2024, 12 milhões representa ação judicial contra a empresa São Paulo Transporte S/A (SPTrans) cujo autor foi a empresa Tupi Transportes Urbanos Piratinga Ltda(Incorporada pela Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda), e cujo

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Processo n°: 0428403-23.1998.8.26.0053 transitou em julgado em 05 de fevereiro de 2010 como consta das páginas 1144 e 1145 dos autos, aguardando o valor final da quantia a ser levantada em perícia judicial. E do saldo de 2025, 50 milhões refere-se saldo a receber do SPTRANS referente à Indenização destinada à recomposição de danos emergentes decorrentes de custos adicionais, não recompostos na época própria, suportados na execução do contrato de concessão para transporte coletivo urbano de passageiros, referente aos lotes AR6 e E5, conforme apurado no Parecer Técnico n° 127635271, elaborado pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte - SMT, no âmbito do Processo n° 6020.2025/0035939-8, referente à 1ª Revisão Quadrienal dos Contratos de Concessão n° 020 a 051/2019 celebrados pelo Município de São Paulo, no âmbito da qual foi efetivada a reavaliação das condições de execução dos contratos de prestação do serviço público de transporte coletivo urbano por ônibus no Município de São Paulo, concluindo pela existência de uma indenização devida às Concessionárias.

- b) Refere-se a despesas com alimentação dos funcionários da competência JAN/2026 que o fornecedor ALELO antecipou a emissão da nota fiscal em 30/12/2025(NF 54360) por conta do recesso de fim de ano.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado**a. Composição**

	Taxa de depreciação (a.a.)	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos operacionais	10%	626.226	(262.251)	363.975	267.353
Veículos auxiliares	20%	3.415	(2.707)	708	1.063
Móveis e utensílios	10%	838	(677)	161	179
Instalações e equipamentos	10%	3.342	(2.206)	1.136	580
Máquinas e ferramentas	10%	352	(273)	79	92
Edificações	4%	41.363	-	41.363	-
Equipamentos de informática	20%	4.653	(3.788)	865	1.269
Validadores, catracas e rastreadores	20%	3.120	(3.120)	-	13
Subvenção a apropriar		(111.814)	-	(111.814)	(24.433)
		571.495	(275.022)	296.473	246.116

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Custo				
Veículos operacionais (a)	485.782	141.882	(1.438)	626.226
Veículos auxiliares	3.472	123	(179)	3.415
Móveis e utensílios	827	10	-	838
Instalações e equipamentos	2.284	1.058	-	3.342
Máquinas e ferramentas	352	-	-	352
Edificações(c)	-	41.363	-	41.363
Equipamentos de informática	4.380	273	-	4.653
Validadores, catracas e rastreadores	3.120	-	-	3.120
	500.217	184.708	(1.617)	683.308
Depreciação				
Veículos operacionais	(218.428)	(44.973)	1.150	(262.251)
Veículos auxiliares	(2.410)	(359)	63	(2.706)
Móveis e utensílios	(648)	(30)	-	(677)
Instalações e equipamentos	(1.704)	(502)	-	(2.206)
Máquinas e ferramentas	(260)	(13)	-	(273)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(3.111)	(677)	-	(3.788)
Validadores, catracas e rastreadores	(3.107)	(12)	-	(3.120)
	(229.668)	(46.566)	1.213	(275.022)
	270.549	138.142	(404)	408.287
Subvenção a apropriar (b)				
	(24.433)	(87.381)	-	(111.814)
	246.116	50.761	(404)	296.473

a) Em 2025 foram adquiridos 48 ônibus novos, sendo 47 elétricos;

b) Valor refere-se receita de subvenção recebida do SPTRANS para investimento em frota elétrica, que será amortizada pelo mesmo prazo da depreciação, conforme CPC 07 item 16 e 17;

c) Refere-se a aquisição de uma garagem. A aquisição está em processo de desapropriação por utilidade pública/DL 3.365/1941 sob nº: 1052946-06.2019.8.26.0053 na 6ª vara da fazenda pública do estado de São Paulo e já estamos de posse do bem.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Consolidado	
	2025	2024
Ágio em investimento	17.051	21.314
	17.051	21.314

O saldo de ágio, no montante de R\$ 21.314, foi gerado pela aquisição da empresa Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda (CNPJ nº 61.380.101/0001-20), realizada em 19 de agosto de 2024, cuja alteração contratual foi registrada em 2 de setembro de 2024, por meio do protocolo nº 2.308.673/24-2.

A aquisição foi efetivada pela controlada MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA, que integra o grupo econômico da controladora TERRA TRANSPORTES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Após a aquisição, a Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda foi incorporada pela MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA, resultando no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da capacidade de geração de lucros da adquirida, sinergias operacionais e outros benefícios econômicos futuros esperados com a combinação de negócios.

13. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de combustíveis	11.077	12.112
Fornecedores de materiais e serviços (a)	51.458	5.922
	62.535	18.034

- a) Desse montante, 41 milhões refere-se a aquisição de uma garagem que está em fase final de desapropriação por utilidade pública/DL 3.365/1941. Processo sob nº: 1052946-06.2019.8.26.0053 na 6ª vara da fazenda pública do estado de São Paulo e já estamos de posse do bem. Demais aumento em fornecedor originou pelo fato que em 2025 não utilizamos o risco sacado na compra de combustíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Banco	Vencimento	Taxa de juros	Tipo	2025	2024
Banco do Brasil	15/09/2025	4% a.a + CDI	Giro	-	10.125
Banco do Brasil	04/11/2029	1,5% a.a + CDI	Giro	15.793	19.741
Banco Mercedes-Benz	16/07/2029	2,75% + SELIC a.a	Finame	13.919	15.410
Banco Mercedes-Benz	15/04/2032	3,09% + SELIC a.a	Finame	8.523	8.634
Banco Mercedes-Benz	15/02/2031	2,84% + SELIC a.a	Finame	52.663	54.991
Banco Mercedes-Benz	14/08/2025	3,18% + SELIC a.a	Finame	-	5.516
Banco Mercedes-Benz	15/01/2029	3,2% + SELIC a.a	Finame	14.926	17.293
Banco Mercedes-Benz	15/10/2025	3,39% + SELIC a.a	Finame	-	2.837
Banco Mercedes-Benz	14/09/2027	3,43% + SELIC a.a	Finame	5.629	7.813
Banco Mercedes-Benz	14/04/2027	3,54% + SELIC a.a	Finame	7.876	11.893
Bradesco	15/12/2029	2,65% + SELIC a.a	Finame	12.263	13.411
Bradesco	15/08/2031	2,74% + SELIC a.a	Finame	282	20
		2,74% a.a. +			
Bradesco	15/08/2031	SELIC	Finame	1.435	390
		2,78% + SELIC			
Bradesco	17/11/2030	a.a	Finame	396	345
		2,78% a.a. +			
Bradesco	17/11/2030	SELIC	Finame	1.552	1.706
Bradesco	15/02/2031	2,84% + SELIC a.a	Finame	5.615	4.857
		2,84% a.a. +			
Bradesco	15/02/2031	SELIC	Finame	23.396	25.018
Bradesco	30/01/2026	8,24% a.a	Finame	116	1.447
Bradesco	03/10/2025	8,47% a.a	Finame	30	71
Itaú	15/02/2031	2,84% + SELIC a.a	Finame	14.108	14.714
Mercedes	15/08/2029	9,14% a.a	Finame	4.525	4.859
Santander	30/03/2027	2,30% + CDI	Giro	1.200	1.200
Santander	30/03/2027	2,30% a.a. + CDI	Giro	400	1.600
Santander	15/12/2025	2,70% a.a. + CDI	Giro	-	2.000
Votorantim	29/10/2025	1,50% + C.D.I	Giro	-	30.000
BNDES	15/05/2035	7,53%	Finame	38.340	-
BNDES	15/01/2035	7,58%	Finame	8.070	-
				231.056	255.892
Circulante				49.484	92.019
Não circulante				181.572	163.873
				231.056	255.892

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

b. Cronograma de vencimento de longo prazo

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Empresa:

	2025	2024
2025	-	92.019
2026	49.484	68.284
2027	36.965	95.589
2028 em diante	144.607	-
	231.056	255.892

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Saldos no início do exercício	255.892	151.259
Captações	94.297	161.289
Juros incorridos	36.308	29.911
Amortizações do principal e juros	(155.441)	(86.567)
Saldos no final do exercício	231.056	255.892

15. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	6.107	5.906
Provisões de férias e 13º salário	20.738	18.007
Encargos sociais	7.870	6.635
Contribuição Sindical	233	207
Outros benefícios e encargos(a)	1.010	109
	35.958	30.864

a) Aumento relevante decorre de consignado FGTS digital de seus colaboradores.

16. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
ISS	7	11
INSS	968	1.061
Imposto de renda	37	128
CSLL	-	542
PIS/COFINS	46	33
Outros impostos	-	-
	1.059	1.775

17. Parcelamentos

Parcelamento	Nº Parcelamento	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento Pert Prev	625338499	Dez/29	5.664	6.573
Parcelamento INSS	0097764966.24-73	Mai/28	169	211
RFB - INSS terceiros	13074-723172-2021-76	Jan/26	-	415
RFB - INSS patronal	13074-723173-2021-11	Jan/26	-	738
RFB - PARC. CP patronal	90841200023908212144	Mai/26	69	215
RFB - PARC. SIMP -FAP-RAT	640696210	Out/26	268	536
Parcelamento CPRB	10880-734890-2021-85	Jun/26	83	1.854
Parcelamento CPRB	18186.720245.2021-24	Jun/26	-	323
Parcelamento CPRB	18186-720922/2021-12	Mai/26	194	601
Parcelamento CPRB	19679.416688.2021-34	Ago/26	141	323
Parcelamento CPRB	19679.417482.2021-21	Set/26	189	402
Parcelamento CPRB	19679.417944.2021-19	Out/26	196	393
Parcelamento CPRB	19679.419342.2021-98	Nov/26	213	404
Parcelamento CPRB	19679.419889.2022-74	Dez/26	228	414
Parcelamento IPTU	17738447-6	Out/26	18	35
Parcelamento IRRF	02110001200393773472388	Abr/28	344	442
			7.776	13.879
		Circulante	3.204	6.796
		Não Circulante	4.572	7.083

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

No exercício de 2017, a Empresa fez adesão ao Programa especial de regularização tributário - PERT, aprovado pela Lei nº 13.496/2017, para pagamento em 145 meses, até 2029.

18. Processos cíveis e trabalhistas a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos trabalhistas	2.631	6.497
Acordos e indenizações cíveis	41	25
Honorários advocatícios	55	14
	<u>2.727</u>	<u>6.536</u>

Corresponde a valores de acordos e sentenças judiciais já transitados e julgados, pendente apenas de liquidação.

19. Outros passivos de curto prazo

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Utilidades de serviços	946	142
Adto de clientes	429	407
Compra de empresa (a)	146	12.066
Outros	-	80
	<u>1.521</u>	<u>12.695</u>

(a) Saldo a pagar pela aquisição da empresa Tupi Transportes Urbanos Piratinga Ltda. Que foi incorporada pela Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda em 31/12/2024.

20. Provisão para contingências**Provisões**

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas avaliadas com risco de perda provável, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	-	97
Trabalhistas	91	5.874
	<u>91</u>	<u>5.971</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das provisões para contingências:

	2025	2024
Saldos no início do exercício	5.971	5.184
Novas provisões	91	787
Pagamento ou realização de provisão	(5.971)	-
Saldos no final do exercício	<u>91</u>	<u>5.971</u>

Passivos contingentes

A Empresa possui passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, que foram avaliadas pela Administração e seus advogados e foram classificadas com risco de perda possível no montante de R\$ 6.437 (R\$ 6.326 em 2024). De acordo com as práticas contábeis, tais valores não são qualificáveis para registro contábil.

21. Passivo fiscal diferido

Foi constituída com base na razão de 15% de imposto de renda mais 10% para o adicional e 9% para contribuição social sobre os saldos remanescentes de diferenças temporárias, abatimento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a ser adicionada e/ou realizada da base tributável nos exercícios seguintes quando da realização.

Em decorrência dessa obrigação, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários de impostos de renda e contribuição social diferido no valor de R\$ 42.899 no exercício de 2025 (R\$ 29.429 no exercício de 2024).

22. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 42.750 e estão representadas por 42.750.000 quotas, no valor de R\$ 1 cada, assim distribuídas conforme demonstrativo abaixo. Em 2024 foi constituído um aumento para futuro aumento de capital de R\$ 3.000 integralizado em 2025 sob protocolo 0.396.955/26-5.

	Distribuição do Capital	
	Integralizadas	%
Terra Transportes e Participações Ltda.	47.750	100,00%

23. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta		
Receita transporte coletivo	684.999	611.006
Receita com outras operações	542	1.912
Receita com Subvenção (a)	7.320	-
	<u>692.861</u>	<u>612.918</u>
Deduções da receita bruta		
INSS sobre faturamento	(11.086)	(7.782)
Outros impostos	(728)	(178)
	<u>(11.814)</u>	<u>(7.960)</u>
	<u>681.047</u>	<u>604.958</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se à subvenção concedida pela SPTrans, no âmbito de políticas públicas voltadas à modernização e sustentabilidade do sistema de transporte público urbano do município de São Paulo, destinada à aquisição de frota de veículos elétricos. A subvenção é classificada como subvenção para investimento e é reconhecida contabilmente em conformidade com o CPC 07 (R1), o qual estabelece que tais valores devem ser apropriados ao resultado de forma sistemática e racional, em consonância com as despesas que se pretende compensar.

24. Custos e despesas por natureza

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Desconto órgão gestor	(1.245)	(1.412)
Gastos com impostos e taxas	(1.051)	(1.354)
Gastos com insumos	(223.127)	(211.508)
Gastos com manutenção de terminais	(4.197)	(3.079)
Gastos com pessoal	(279.783)	(236.511)
Gastos com serviços de terceiros	(13.402)	(12.954)
Gastos depreciação e amortização	(46.566)	(42.029)
Créditos tributos s/ depreciação	677	129
Gastos gerais	(33.949)	(16.628)
Provisões para contingências	5.880	(786)
Amortização de ágio	(4.263)	-
Custas processuais e indenizações	(6.192)	(12.103)
Outras Receitas e despesas (a)	-	23.612
Receita (despesa) líquida de venda do imobilizado	112	(2.244)
Receita com indenização (b)	69.734	-
	(537.372)	(516.867)
Classificados como		
Custo dos serviços prestados	(583.260)	(518.255)
Despesas gerais e administrativas	(13.777)	(11.462)
Despesas com pessoal	(10.181)	(8.518)
Outras receitas (despesas) operacionais	69.846	21.368
	(537.372)	(516.867)

- (a) Refere-se à baixa de saldo do passivo decorrente de decisão monocrática reconhecendo o direito de recolher as contribuições sociais a terceiros sob o teto de 20 salários-mínimos.
- (b) Refere-se a indenização destinada à recomposição de danos emergentes decorrentes de custos adicionais, não recompostos na época própria, suportados na execução do contrato de concessão para transporte coletivo urbano de passageiros, referente aos lotes AR6 e E5, conforme apurado no Parecer Técnico nº 127635271, elaborado pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte - SMT, no âmbito do Processo nº 6020.2025/0035939-8, referente à 1ª Revisão Quadrienal dos Contratos de Concessão nº 020 a 051/2019 celebrados pelo Município de São Paulo, no âmbito da qual foi efetivada a reavaliação das condições de execução dos contratos de prestação do serviço público de transporte coletivo urbano por ônibus no Município de São Paulo, concluindo pela existência de uma indenização devida às Concessionárias.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	12.303	7.595
Juros ativos	458	71
Descontos obtidos	23	24
	<u>12.784</u>	<u>7.690</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(36.308)	(29.911)
Juros sobre parcelamentos tributários	(916)	(1.241)
Encargos financeiros diversos	(652)	(482)
	<u>(37.876)</u>	<u>(31.634)</u>
	<u>(25.092)</u>	<u>(23.944)</u>

26. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes do IR/CSLL	118.586	64.073
IR/CSLL à alíquota nominal	34%	34%
	<u>(40.318)</u>	<u>(21.785)</u>
Efeito dos ajustes ao lucro tributável referentes às adições e exclusões	26.483	10.879
IR/CSLL no exercício	<u>(13.835)</u>	<u>(10.906)</u>

27. Instrumentos financeiros**a. Riscos associados aos negócios**

A empresa está exposta a riscos diversos no ambiente de negócio em que atua como concessionária do serviço público de passageiros, porém com monitoramento e gestão estratégica permanentes da sua administração. No momento do encerramento das demonstrações contábeis as suas atividades encontravam-se operando dentro da normalidade perante as regras do contrato de concessão pública assumida com o poder concedente, mantendo as áreas de operação e manutenção de frota sobre controle, não sendo identificada situação de anormalidade passível de risco de perdas significativas sobre as operações e a continuidade da empresa que possam ter efeitos negativos relevantes a serem reconhecidos sobre as demonstrações contábeis.

Por ser concessionária e permissionária de serviço público dependerá da atualização de tarifas de forma justa para equalizar futuramente seus custos. Em maio de 2019 foi assinado o contrato da concessão dos lotes AR6 e E5 ambas válidas por 15 anos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b. Riscos de créditos

Em relação aos instrumentos financeiros a empresa possui vários instrumentos, como: caixa e equivalentes de caixas através das operações de caixa e bancos (nota 5), contas a receber de clientes (nota 6), Empréstimos e financiamentos (nota 14) e demais contas a receber e a pagar, bem como partes relacionadas (nota 9), avaliados pelos valores de realização ou liquidação, sem riscos de variações significativas para serem recebidos e/ou liquidados ou atraso em suas contas. Os empréstimos e financiamentos contratados até a data do balanço foram contraídos em moeda nacional a taxas predeterminadas com recursos do Finame e estão ajustados aos valores atualizados pelos encargos cobrados e juros pró-rata tempore contabilizados de acordo com o regime de competência até a data do balanço, não estando sujeitos a oscilações de taxas de juros ou de mercado, assim como, não há na empresa instrumentos financeiros equiparados a derivativos sujeitos as variações de mercado.

As captações futuras de recursos para financiamentos de bens (renovação de frota) dependerão do cenário macroeconômico que regula as taxas de juros a serem confrontados com as tarifas do serviço de transporte a serem faturadas para o equilíbrio financeiro das suas contas, constituindo-se em fatores externos a serem administrados na continuidade dos negócios de acordo com a avaliação da administração da empresa.

28. Eventos subsequentes

A Administração da Empresa considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2025 até a data da conclusão das referidas demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
Contador CRC/PE 022.848/O-4